

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Indicadores de Avaliação e Monitoramento da Educação Infantil: subsídios para o aprimoramento das políticas para a etapa educacional

Fabiana Silva Fernandes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15203>

Submetido em: 2026-02-24

Postado em: 2026-03-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Indicadores de Avaliação e Monitoramento da Educação Infantil: subsídios para o aprimoramento das políticas para a etapa educacional

Assessment and Monitoring Indicators for Early Childhood Education: subsidies for improving policies for this educational stage

Indicadores de Evaluación y Seguimiento de la Educación Infantil: subvenciones para la mejora de las políticas para esta etapa educativa

Fabiana Silva Fernandes

Fundação Carlos Chagas

e-mail: fsfernandes@fcc.org.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3458-9963>

Resumo: O presente estudo tem por objetivo apresentar uma proposta de indicadores de monitoramento e de avaliação para a educação infantil, utilizando dados oficiais como fontes, em especial o Censo da Educação Básica, de 2024. Embora a efetivação do direito à educação infantil ainda não tenha sido cumprida, conforme as metas instituídas em planos nacionais de educação, esse processo está um curso, mediante a ampliação da oferta de vagas e a formulação de políticas que orientem os municípios na garantia de uma educação infantil qualificada. Recentemente, a educação infantil integrou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e a sistemática de avaliação da referida etapa, tem sido alvo de tensionamentos. Considerando esse cenário, o estudo, fundamentando-se em documentos normativos nacionais que discorrem sobre a avaliação da educação infantil e sobre padrões de atendimento à creche e pré-escola, fez uma seleção de variáveis e a proposição de indicadores, explicitando o conjunto de informações disponíveis em bancos de dados oficiais que poderiam subsidiar tanto a avaliação, quanto o monitoramento do acesso e de algumas condições de atendimento.

Palavras-chave: Política Educacional; Avaliação da educação infantil, SAEB, Monitoramento da Educação

Abstract: This study aims to present a proposal for monitoring and evaluation indicators for early childhood education, using official data as sources, especially the 2024 *Censo da Educação Básica (Education Census)*. Although the effective realization of the right to early childhood education has not yet been fulfilled, according to the goals established in national education plans, this process is underway, through the expansion of the supply of places and the formulation of policies that guide municipalities in guaranteeing quality early childhood education. Recently, early childhood education was integrated into the National Basic Education Assessment System, and the evaluation system for this stage has been the subject of tensions. Considering this scenario, the study, based on national normative documents that discuss the evaluation of early childhood education and standards of care for daycare and preschool, selected variables and proposed indicators, explaining the set of information available in official databases that could support both the evaluation and monitoring of access and some conditions of care.

Keywords: Policy Educational; Evaluation of Early Childhood Educational; SAEB, Educational Monitoring

Resumen: Este estudio tiene como objetivo presentar una propuesta de indicadores de monitoreo y evaluación para la educación de la primera infancia, utilizando datos oficiales como fuentes, especialmente el Censo de Educación Básica 2024. Si bien la realización efectiva del derecho a la educación de la primera infancia aún no se ha cumplido, de acuerdo con las metas establecidas en los planes nacionales de educación, este proceso está en marcha, a través de la ampliación de la oferta de plazas y la formulación de políticas que orienten a los municipios para garantizar una educación de calidad en la primera infancia. Recientemente, la educación de la primera infancia se integró al Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Básica, y el sistema de evaluación para esta etapa ha sido objeto de tensiones. Considerando este escenario, el estudio, con base en documentos normativos nacionales que abordan la evaluación de la educación de la primera infancia y los estándares de atención para guarderías y preescolares, seleccionó variables y propuso indicadores, explicando el conjunto de información disponible en bases de datos oficiales que podría respaldar tanto la evaluación como el seguimiento del acceso y algunas condiciones de atención.

Palabras-clave: Política Educativa; Evaluación de la Educación Infantil; Monitoreo de la Educación

Introdução

Conforme estabelecido na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Estado deve assegurar o atendimento educacional das crianças de zero a cinco anos de idade, cabendo aos municípios, conforme indicado na LDBEN 9394/1996, a responsabilidade por oferecer creches e pré-escolas, para que o direito à educação infantil seja garantido.

Embora a efetivação do direito ainda esteja distante de metas instituídas em planos nacionais de educação, esse processo está um curso, mediante a ampliação da oferta de vagas e a formulação de políticas que orientem os municípios na garantia de uma educação infantil qualificada, como o atual documento “Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil”, firmado pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, que obriga o cumprimento de uma versão atualizada dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, cuja primeira edição ocorreu em 2006.

Dentro desse contexto de aprimoramento da qualidade, a avaliação da educação infantil ganhou visibilidade e vem se delineando, nos últimos 15 anos, como um instrumento para aferir a qualidade das políticas públicas existentes em relação a atendimento do direito a vaga e condições do serviço ofertado. Em 2011, por iniciativa do Ministério da Educação (MEC), foi instituído o Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil, pela Portaria Ministerial nº 1.147/2011, cujas atribuições eram propor

diretrizes e metodologias de avaliação da educação infantil. Tendo produzido o documento intitulado “Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação” (BRASIL, 2012), o GT trouxe contribuições importantes, explicitando diretrizes para a formulação de uma proposta de avaliação coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP).

A incorporação da educação infantil ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, por ter sido recente, está em fase de aprimoramento. Foram realizadas duas edições da avaliação da educação infantil, em 2021 e 2023 e, ao longo desse processo, comissões de especialistas têm discutido junto ao MEC e ao INEP estratégias relacionadas ao processo de coleta e ao desenho da avaliação, considerando-se a necessidade de contemplar, no processo avaliativo, os seguintes aspectos: infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, tal como definido no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Uma vez que o INEP possui um conjunto considerável de informações sobre a educação brasileira, por meio da realização do Censo da Educação Básica e da publicação de indicadores educacionais, o presente artigo propõe-se a fazer um levantamento de dados já existentes, visando identificar possíveis indicadores e variáveis que subsidiem a avaliação e o monitoramento da educação infantil, tendo como foco o papel do Estado na garantia do direito e da oferta de um atendimento de qualidade.

O que avaliar e por quê?

Diferentemente do que se vem fazendo nas demais etapas da educação básica, a avaliação da educação infantil tem trilhado um caminho distinto, por meio da definição de estratégias que aferem as condições dos serviços oferecidos para as crianças de zero a cinco anos. Para isso, o INEP elaborou questionários para gestores escolares e professores, que buscam levantar informações sobre o serviço oferecido à criança. Apesar de o desenho da avaliação elaborada pelo INEP estar em discussão, por uma série de questões de natureza metodológica e de conteúdo, existe um consenso na área, ainda que com algumas tensões, de que a avaliação do processo de desenvolvimento e de aprendizagem não é uma competência do INEP, mas sim dos professores, que fazem um

acompanhamento das crianças ao longo do ano letivo, registrando sua trajetória escolar, sem objetivos de classificação.

O documento “Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação” (BRASIL, 2012), que orienta a proposição da avaliação da educação infantil no país, sustenta uma perspectiva processual de avaliação que apoie o poder público na formulação e na implementação de políticas e programas para a etapa, com um fluxo constante de informações sobre os elementos de natureza financeira, material, humana e de processos que viabilizam a oferta da educação infantil, dentro de um parâmetro mínimo de qualidade a ser definido e pactuado entre os entes federados. Nesse sentido, a avaliação da educação infantil, considerando todas as potencialidades expressas nesse documento, não se encerra com a avaliação realizada no SAEB, porque estados e municípios tem um papel importante na construção de propostas que complementem e detalhem os aspectos avaliados nacionalmente.

Considerando as responsabilidades dos entes federados pela educação (Lei 9394/1996), entende-se que o papel da União é municiar-se de informações que permitam elaborar e monitorar políticas que garantem o suporte técnico e financeiro para os municípios, principais responsáveis pela implementação de políticas e programas para a referida etapa. Assim sendo, o Censo da Educação Básica, o Censo Demográfico e demais pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são fontes importantes para a construção de uma avaliação nacional da educação infantil. O SAEB vem a ser uma fonte complementar, para levantar informações relacionadas à gestão educacional e escolar, infraestrutura, insumos materiais e humanos, condições de trabalho dos profissionais da educação, dentre outros aspectos que possam viabilizar a construção de um panorama das condições de oferta da educação infantil no Brasil. Aos Estados e municípios caberia elaborar suas propostas de avaliação, em diálogo com SAEB e com as demandas e necessidades das distintas redes e as características dos processos educativos e pedagógicos de seus contextos locais. Não parece ser tarefa da União avaliar processos pedagógicos, mas sim, subsidiar os demais entes federados com informações sobre os aspectos que viabilizam tais processos.

Possibilidades de avaliação e monitoramento por indicadores: procedimentos metodológicos

A utilização de fontes de dados já coletados nacionalmente faz-se necessária, porque economiza esforços e investimentos e otimiza o processo de análise dos dados. A intenção desse trabalho é apresentar o levantamento variáveis e a sistematização de indicadores que tenham por finalidade subsidiar a implementação de sistemas de sistemas de monitoramento da educação infantil e de uma sistemática de avaliação da referida etapa que subsidie os esforços da União no exercício de seu papel coordenador da política nacional de educação.

Fundamentado no documento “EDUCAÇÃO INFANTIL: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação”, sugerem-se indicadores que descrevam o acesso à educação infantil e que permitam analisar a existência de recursos físicos, materiais e humanos que garantam um funcionamento adequado dos estabelecimentos educativos.

Os padrões de referência que sustentam a proposição dos indicadores foram selecionados a partir das metas previstas no Plano Nacional de Educação vigente (Lei nº 13.005/2014), bem como o que estabelecem os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil (2024).

Para a proposição de indicadores, considerou-se as bases de dados oficiais existentes, uma vez que possuem um potencial relevante para subsidiar sistemas de monitoramento e processos de avaliação de políticas educacionais. Foram consultados o *Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação*, elaborado em 2024, o *Censo da Educação Básica* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (microdados e Sinopse Estatística), de 2024 e o *Datasus*, porque informa sobre a contagem da população, mediante a divulgação de resultados do Censo Demográfico e projeções populacionais das unidades da federação por sexo, idade simples ou faixa etária.

A publicação “Avaliação da educação infantil: exploração de bancos de dados oficiais e construção de indicadores” (Sousa *et al*, 2024) também é uma fonte de fundamentação desse estudo, na medida em que apresenta um conjunto de indicadores que foram construídos tendo como base documentos normativos, parâmetros nacionais que dispõem sobre qualidade e padrões de referência para a avaliação da política de educação infantil.

Considerando-se o conjunto de documentos e bancos de dados mencionados, o artigo apresenta indicadores que são viáveis de serem construídos, porque se sustentam em dados já existentes, possuem capacidade analítica (Januzzi, 2004, 2005, 2011) para monitorar e avaliar a qualidade da educação infantil brasileira e visam descrever aspectos relacionados com o acesso e as condições de atendimento das unidades educativas.

As dimensões que organizam o conjunto de indicadores são:

- a) Acesso: indicadores que apontam o cumprimento das metas de atendimento à educação infantil (50% de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche e universalização de atendimento das crianças de 4 e 5 anos);
- b) Equidade: indicadores que mostram o perfil socioeconômico das crianças para subsidiar decisões na construção de ações que visam dirimir desigualdades e situações de vulnerabilidade social;
- c) Estrutura e organização da rede: indicadores que explicitam as características das redes de educação infantil, relacionadas com a dependência administrativa e com o funcionamento das escolas;
- d) Profissionais da educação: indicadores relacionados às condições de trabalho e à formação do professor;
- e) Estrutura física dos estabelecimentos: indicadores que explicitam recursos básicos para o funcionamento das instituições e recursos que viabilizam o processo pedagógico e as ações de cuidados com bebês e crianças pequenas. Foram contemplados nessa dimensão, as variáveis relacionadas com a acessibilidade dos espaços físicos e
- f) Materiais e equipamento: indicadores que fazem o levantamento de recursos materiais mínimos para o funcionamento das instituições.

Resultados Obtidos

Fundamentando-se nos documentos mencionados, foram consultadas as fontes de dados oficiais, por meio das quais foram identificados indicadores relacionados com as dimensões escritas acima.

Na continuidade do texto, serão apresentados esses indicadores, organizados nas referidas dimensões.

a) Dimensão Acesso

- Indicador 1: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola ou creche e suas desagregações por grandes regiões geográficas e unidades da federação;
- Indicador 2: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola ou creche e suas desagregações por grandes regiões geográficas e unidades da federação.

Os indicadores 1 e 2 e suas desagregações podem ser consultados nos relatórios de monitoramento do PNE, produzidos pelo INEP¹.

Os dados para a construção desses indicadores foram obtidos por meio dos microdados do Censo da Educação Básica e das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como o relatório apresenta séries históricas, o Inep utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do período de 2013 a 2015, e os microdados da Pnad Contínua (Pnad-c), para os anos de 2016 a 2022. No entanto, o documento possui, como menor nível de desagregação para unidades federativas, o Estado, não sendo possível acompanhar o acesso à educação infantil em nível municipal. O manuseio dos microdados do Censo Demográfico, do IBGE e a elaboração de estimativas populacionais para os anos subsequentes à coleta censitária, viabilizaria a elaboração de indicadores municipais.

O INEP buscou contornar um viés no cálculo da cobertura em educação infantil, ocasionado pelas diferenças de coleta de dados entre IBGE e INEP (KAPPEL, 2001; KAPPEL, 2008), criando a variável “idade-cne”. A variável para a idade, denominada “idade_cne”, é a variável da idade completa até 31 de março com imputação, quando necessário, dado que, na Pnad as variáveis de mês e ano de nascimento da pessoa são desconhecidas em alguns casos.

Para identificação da população que compõe o público-alvo da meta, utiliza-se a idade em anos completos considerando a data de referência de 31 de março, seguindo o que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de outubro de 2010. Essa idade é denominada “idade-cne” e difere da idade em anos como capturada pela Pnad, que coleta a idade da pessoa na data em que a pesquisa é realizada. O cálculo da idade-cne depende da existência nos dados

¹ O documento mais recente é o Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2024, disponível em [Livro PNE-2024.indb](#).

primários do mês e ano de nascimento da pessoa. Nos casos em que essas variáveis são desconhecidas, o Inep procede à imputação da idade utilizando a idade da pessoa na data de referência da Pnad [...]. Desse modo, evita-se possível viés no indicador estimado devido à distribuição não aleatória de dados faltantes nas variáveis que indicam o mês e o ano de nascimento. (Inep, 2024, p. 480)

b) Dimensão Equidade

A dimensão equidade é um desdobramento da dimensão **Acesso**, porque sugere a utilização dos indicadores de acesso, com níveis de desagregação relacionados à sexo, localização de residência, raça/cor e quintil de renda domiciliar *per capita*. Embora possam ser tratados como informações de acesso, entende-se que destacar variáveis que expressam diferenças sociais e econômicas ilumina dados que são estratégicos para se pensar na formulação e na implementação de políticas e programas que tenham por propósito mitigar as desigualdades e dirimir situações de vulnerabilidade social.

Assim sendo, são propostos os seguintes indicadores:

- Indicador 3: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola ou creche por cor/raça
- Indicador 4: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola ou creche por sexo
- Indicador 5: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola ou creche por renda domiciliar per capita
- Indicador 6: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola ou creche que residem em favelas e comunidades urbanas
- Indicador 7: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola ou creche, por acesso a serviço de saneamento básico (água, lixo e esgotamento sanitário)
- Indicador 8: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola ou creche, por cor/raça
- Indicador 9: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola ou creche por sexo
- Indicador 10: Percentual da população 0 a 3 anos que frequenta a escola ou creche por renda domiciliar per capita

- Indicador 11: Percentual da população 0 a 3 anos que frequenta a escola ou creche que reside em favelas e comunidades urbanas
- Indicador 12: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola ou creche, por acesso a serviço de saneamento básico (água, lixo e esgotamento sanitário)

A fonte de dados para a composição desses indicadores provém do IBGE, das pesquisas censitárias e amostrais do instituto (Censo Demográfico e Pnad)

c) Dimensão Estrutura e Organização da rede

A proposta dessa dimensão é fornecer um quadro geral sobre como as redes públicas de educação estão estruturadas, quais públicos atendem (comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e assentamentos) e como organizam o funcionamento dos estabelecimentos escolares, de modo a atender a metas do PNE e ofertar uma educação que corresponde aos parâmetros nacionais de qualidade.

Dentro dessa dimensão, estão agrupados indicadores relacionados à dependência administrativa, a políticas de conveniamento, a tipos de estabelecimentos educativos que atendem à educação infantil (instituições exclusivas de educação infantil) e oferta de educação em tempo integral. Embora seja possível calcular os indicadores para grandes regiões e para as unidades federativas, é preciso enfatizar as características das redes municipais de educação, principais responsáveis pela educação infantil e, em menor grau, das dos estados.

A fonte de dados para esses indicadores é o Censo da Educação Básica, do Inep e os indicadores propostos são:

- Indicador 13: Número de matrículas em educação infantil e suas desagregações (matrículas em creche e em pré-escola, por unidades federativas e dependência administrativa)
- Indicador 14: Percentual de escolas de educação infantil públicas, por localização em áreas urbanas e rurais, por unidades federativas (Estado e município)
- Indicador 15: Percentual de escolas de educação infantil públicas, por localização em áreas diferenciadas, como comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos, por unidades federativas (Estado e município)

- Indicador 16: Percentual de escolas de educação infantil conveniadas com o poder público, no município
- Indicador 17: Percentual de escolas exclusivas de educação infantil públicas, por unidades federativas (Estado e município)
- Indicador 18: Percentual de escolas públicas que atendem exclusivamente a creche, por unidades federativas (Estado e município)
- Indicador 19: Percentual de escolas públicas que atendem exclusivamente a pré-escola por unidades federativas (Estado e município)
- Indicador 20: Percentual de crianças da educação infantil pública que pertencem ao público-alvo da ETI (Escola em Tempo Integral) e que estão em jornada de tempo integral e suas desagregações (grandes regiões, unidades da federação e por área geográfica – rural e urbana)
- Indicador 21: Percentual de escolas públicas de educação infantil que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral e suas desagregações (grandes regiões, unidades da federação e por área geográfica – rural e urbana).

Cabe esclarecer que os indicadores relacionados ao ETI foram propostos no Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação e visam avaliar o atendimento da meta 6, que prevê que, pelo menos 25% dos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino da educação básica estejam matriculados em jornada de tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas.

d) Dimensão Profissionais da Educação

A dimensão Profissionais da Educação abriga indicadores elaborados pelo Inep, que esclarecem aspectos relacionados às condições de trabalho dos profissionais de educação e a formação do professor. São eles:

- Indicador 22: Adequação da Formação Docente
- Indicador 23: Esforço Docente
- Indicador 24: Regularidade do Corpo Docente
- Indicador 25: Média de alunos por turma
- Indicador 26: Remuneração média dos docentes
- Indicador 27: Complexidade de Gestão da Escola

Cabe ressaltar, sobre a formação docente, que a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) assegura a formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, a todos os professores da educação básica. Nesse sentido, propõe-se um indicador, relacionado com a formação docente, tendo como fonte de dados o Censo da Educação Básica:

- Indicador 28: Percentual de docentes segundo sua escolaridade máxima, por dependência administrativa e subetapa da educação infantil.

Alguns indicadores são propostos para maior detalhamento das condições de trabalho do professor, tomando como referência Sousa et. al. (2024) e a fonte, o Censo da Educação Básica:

- Indicador 29: Número de matrículas por docente (e suas desagregações: por município, por escola, em cada turma). Esse indicador revela a proporção de crianças matriculadas nas turmas por número de professores, tanto em relação ao total de matrículas por professor, quanto ao total de matrículas em cada uma das turmas de educação infantil, por adulto.

A importância do indicador 29 está relacionada com o atendimento de padrões de qualidade expressos na Resolução CNE/ CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, sob a proporção de professores por criança. É importante destacar que há algumas inconsistências que precisam ser resolvidas para que esse indicador não seja passível de interpretações equivocadas, porque tanto na Resolução CNE/ CEB nº 1/2024, quanto nos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, educadores são tratados como sinônimo de professores e na educação infantil isso tem implicações importantes, na medida em que, por educador, pode-se considerar os profissionais denominados auxiliares de classe que, não necessariamente, têm a formação docente.

e) Dimensão Estrutura Física dos Estabelecimentos

Os indicadores dessa dimensão foram divididos em duas categorias: uma que indica acesso a serviços básicos de infraestrutura e outra que aponta características específicas relacionadas à finalidade da instituição, quais sejam: prédio escolar para a educação infantil, espaços físicos existentes e materiais e equipamentos. A acessibilidade ao prédio também é uma característica que faz parte dessa dimensão.

1. Acesso a serviços básicos de infraestrutura

As variáveis selecionadas no Censo da Educação Básica (2024), sobre serviços básicos de infraestrutura, são dicotômicas e indicam a existência dos itens avaliados (variáveis 92, 97, 104, 109 e 124). Não foram consideradas as variáveis que mensuram a qualidade, porque o propósito é saber se os estabelecimentos de educação infantil possuem as condições mínimas de infraestrutura básica.

Quadro 1. Variáveis que indicam a existência de infraestrutura básica nos estabelecimentos escolares

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEGORIA
92	IN_AGUA_POTAVEL	Fornecer água potável para o consumo humano	Num	0 - Não 1 - Sim
97	IN_AGUA_INEXISTENTE	Abastecimento de água - Não há abastecimento de água	Num	0 - Não 1 - Sim
104	IN_ENERGIA_INEXISTENTE	Abastecimento de energia elétrica - Não há energia elétrica	Num	0 - Não 1 - Sim
109	IN_ESGOTO_INEXISTENTE	Esgoto sanitário - Não há esgotamento sanitário	Num	0 - Não 1 - Sim
121	IN_TRATAMENTO_LIXO_INEXISTENTE	Tratamento do lixo/resíduos que a escola realiza - Não faz tratamento	Num	0 - Não 1 - Sim 9 - Não informado

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024
Elaboração nossa

Essas variáveis podem compor indicadores com diferentes níveis de agregação:

- Indicador 30: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que contam com água potável (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.)
- Indicador 31: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem serviço de abastecimento de água (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.)
- Indicador 32: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem serviço de energia elétrica (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.)

- Indicador 33: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem serviço esgoto (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.)
- Indicador 34: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem serviço tratamento de lixo (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.)

2. Prédio escolar para a educação infantil

Dadas as características da educação infantil, o funcionamento da etapa em um prédio escolar é desejável, embora isso não seja garantia de que o ambiente será adequado para as crianças de 0 a 5 anos, uma vez que existem prédios escolares adaptados que não atendem a parâmetros nacionais de qualidade. Entende-se também que abrigar mais de uma etapa de ensino traz dificuldades e desafios na garantia de ambientes adequados e exclusivos para as crianças, principalmente quando a educação infantil se localiza em um prédio anexo à unidade escolar (*Campos et al*, 2010; 2012). Para descrever essas características dos prédios escolares, foram selecionadas duas variáveis: uma que indica se a educação infantil funciona em um prédio escolar (porque pode funcionar em empresas, unidades prisionais, igrejas, galpões, entre outros) e se o prédio é compartilhado com outras etapas da educação básica.

Quadro 2. Variáveis relacionadas ao prédio escolar

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
78	IN_LOCAL_FUNC_PREDIO_ESCOLAR	Local de funcionamento da escola - Prédio Escolar	Num	0 - Não 1 - Sim
90	IN_PREDIO_COMPARTILHADO	Prédio compartilhado com outra escola	Num	0 - Não 1 - Sim Não aplicável para escolas que não ocupam prédio escolar

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

Os indicadores formulados, com diferentes possibilidades de desagregação são os seguintes:

- Indicador 35: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimento de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que funcionam em prédio escolar (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.);
- Indicador 36: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que funcionam em prédio compartilhados (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.).

3. Espaços físicos existentes

Essa dimensão se refere à divisão e organização do espaço físico que viabilize a realização de todas as atividades realizadas na instituição escolar, ou seja atividades administrativas, atividades educativas, atividades relacionadas à higiene e cuidados, relacionadas à alimentação, relacionadas à manutenção e limpeza do prédio. Para contemplar essas atividades, os indicadores foram organizados em: espaços administrativos, espaços educativos, espaços de higiene, espaços de alimentação e espaços de serviço. Todas as variáveis foram selecionadas do Censo da Educação Básica de 2024.

3.1. Espaços administrativos

As variáveis 122, 157, 159 e 161 do Censo da Educação Básica referem-se a dependências físicas que viabilizam as atividades administrativas e ao planejamento pedagógico. Essas variáveis podem ser apresentadas em relação à existência ou não desses espaços ou em termos de porcentagem das escolas que possuem essas dependências.

Quadro 3. Variáveis relacionadas a espaços administrativos de estabelecimentos escolares

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
122	IN_ALMOXARIFADO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Almoxxarifado	Num	0 - Não 1 - Sim
157	IN_SALA_DIRETORIA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Sala de Diretoria	Num	0 - Não 1 - Sim
159	IN_SALA_PROFESSOR	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Sala de professores	Num	0 - Não 1 - Sim
161	IN_SECRETARIA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Sala de Secretaria	Num	0 - Não 1 - Sim

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

Os níveis de desagregação para a composição de indicadores também pode ser vários, conforme a necessidade e o interesse de informação da União ou dos demais estados subnacionais.

- Indicador 37: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem almoxarifado (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.);
- Indicador 38: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem sala de diretoria (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.);
- Indicador 39: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem sala de professor (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.) e
- Indicador 40: Número (e/ou porcentagem) de estabelecimentos de educação infantil (creche e/ou pré-escola) que possuem secretaria (Brasil, por região, por dependência administrativa, por localização etc.).

3.2. Espaços educativos

O Censo da Educação Básica não explora todos os espaços educativos presentes nas instituições de educação infantil, mas trata de alguns que são importantes como a existência de áreas verdes, parque infantil e berçários (variáveis 123, 145 e 133). Outras variáveis presentes e que qualificam a infraestrutura das unidades educacionais, selecionadas para avaliar, especificamente, a educação infantil são as variáveis 135, 143, 144, 147 e 154, de natureza categórica, porque identificam a existência ou não dos espaços e as variáveis 178, 181, 181 e 183, que não de natureza numérica e avaliam a quantidade de salas existentes e utilizadas nas unidades.

Quadro 4. Variáveis relacionadas à espaços educativos de estabelecimentos escolares

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
123	IN_AREA_VERDE	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Área de vegetação ou gramado	Num	0 - Não 1 - Sim
135	IN_BIBLIOTECA_SALA_LEITURA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Biblioteca e/ou Sala de leitura	Num	0 - Não 1 - Sim
143	IN_PATIO_COBERTO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Pátio coberto	Num	0 - Não 1 - Sim
144	IN_PATIO_DESCOBERTO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Pátio descoberto	Num	0 - Não 1 - Sim
145	IN_PARQUE_INFANTIL	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Parque infantil	Num	0 - Não 1 - Sim
147	IN_QUADRA_ESPORTES	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Quadra de esportes coberta ou descoberta	Num	0 - Não 1 - Sim
133	IN_BERCARIO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Berçário	Num	0 - Não 1 - Sim
154	IN_SALA_MULTIUZO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Sala multiuso (música, dança e artes)	Num	0 - Não 1 - Sim
178	QT_SALAS_EXISTENTES	Número de salas de aula existentes na escola	Num	
181	QT_SALAS_UTILIZADAS	Número de salas de aula utilizadas na escola (dentro e fora do prédio)	Num	
182	QT_SALAS_UTILIZA_CLIMATIZADAS	Condições das salas de aula utilizadas na escola (dentro e fora do prédio escolar) - Número de salas de aula climatizadas	Num	
183	QT_SALAS_UTILIZADAS_ACESSIVEIS	Condições das salas de aula utilizadas na escola (dentro e fora do prédio escolar) - Número de salas de aula com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	Num	

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

As variáveis relacionadas à existência de dependências físicas podem compor indicadores que explicitam a quantidade ou a porcentagem de unidades que possuem os espaços por diferentes níveis de desagregação, como se fez com as variáveis anteriores. Já as variáveis de quantidade, podem ser relacionadas entre si, por meio da elaboração de indicadores que estabelecem razões entre elas e avaliam a proporção de salas que atendem a critérios de qualidade, como por exemplo: a) salas utilizadas por salas existentes; b) salas utilizadas por salas utilizadas climatizadas e c) salas utilizadas por salas utilizadas acessíveis. Cabe observar que essas variáveis, assim como as demais indicadas anteriormente, referem-se a todos os estabelecimentos escolares contabilizados no Censo da Educação Básica, nesse sentido, a informação referente aos espaços educativos de

estabelecimentos de educação escolar pode ser obtida com a filtragem dos casos relacionados às instituições que atendem somente à creche e pré-escola.

3.3. Espaços de higiene

As variáveis relacionadas à higiene são poucas no Censo da Educação Básica e estão relacionadas à existência de banheiros, seja o total de dependências físicas, sejam espaços destinados à educação infantil, acessíveis a pessoas com deficiência e banheiros para funcionários (Quadro 5). Na educação infantil, há outros espaços destinados à higiene nas crianças e que são importantes ao se considerar a qualidade do atendimento oferecido às crianças, como a existência de pias, de tamanho adequado para as crianças, de chuveiros e banheiras em quantidade suficiente e de bancadas para a troca de fraldas.

Quadro 5. Variáveis relacionadas com a existência de banheiros

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
128	IN_BANHEIRO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Banheiro	Num	0 - Não 1 - Sim
129	IN_BANHEIRO_EI	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Banheiro adequado à educação infantil	Num	0 - Não 1 - Sim
130	IN_BANHEIRO_PNE	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Banheiro acessível, adequado ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	Num	0 - Não 1 - Sim
131	IN_BANHEIRO_FUNCIONARIOS	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Banheiro exclusivo para os funcionários	Num	0 - Não 1 - Sim
132	IN_BANHEIRO_CHUVEIRO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Banheiro ou vestiário com chuveiro	Num	0 - Não 1 - Sim

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

As variáveis relacionadas à existência de banheiros podem compor indicadores que explicitam a existência de banheiros em estabelecimentos de educação infantil por diferentes níveis de desagregação, como se fez com as variáveis anteriores. Esses indicadores limitar-se-iam a informar se uma escola possui essa dependência física ou não.

3.4. Espaços de Alimentação

Em relação a espaços de alimentação, há três variáveis (136, 137 e 150) que informam sobre a existência, respectivamente, de cozinha, despensa e refeitório, como indicado no Quadro 6.

Quadro 6. Variáveis relacionadas à espaços de alimentação

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
136	IN_COZINHA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Cozinha	Num	0 - Não 1 - Sim
137	IN_DESPENSA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Despensa	Num	0 - Não 1 - Sim
150	IN_REFEITORIO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Refeitório	Num	0 - Não 1 - Sim

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

As variáveis relacionadas à existência de espaços de alimentação são restritas, como as relacionadas a espaços de higiene, limitando-se a informar sobre a existência dessas dependências físicas. Com essas variáveis é possível compor indicadores com diferentes níveis de desagregação, como se fez com as variáveis anteriores.

3.5. Espaços de serviço

Em relação a espaços de serviço, há a variável lavanderia, que é uma dependência física importante, em particular, para as creches e estabelecimentos de educação infantil que atendem em tempo integral.

Quadro 7. Variável relacionada à espaço de serviço

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
166	IN_LAVANDERIA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Lavanderia	Num	0 - Não 1 - Sim

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

3.6. Dimensão Materiais e equipamento

No Censo da Educação Básica há muitas variáveis relacionadas a materiais e equipamentos utilizados nos espaços administrativos e para compor esse quadro, foram selecionadas algumas, de uso mais recorrente pela administração escolar e pelos professores. Os equipamentos audiovisuais são recursos utilizados em propostas educativas, mas são de uso mais restrito na educação infantil. Os recursos e materiais didáticos coletados pelo Censo da Educação Básica não contemplam a variedade e a diversidade de materiais que deveriam estar presentes nas instituições de educação infantil. Nesse sentido, foram selecionadas para compor um quadro descritivo de materiais existentes nos estabelecimentos escolares as variáveis 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199 e 200.

Quadro 8. Materiais e equipamentos de uso administrativo e educativo nos estabelecimentos escolares

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
185	IN_COMPUTADOR	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo - Computador	Num	0 - Não 1 - Sim
186	IN_EQUIP_COPIADORA	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo - Copiadora	Num	0 - Não 1 - Sim
187	IN_EQUIP_IMPRESSORA	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo - Impressora	Num	0 - Não 1 - Sim
188	IN_EQUIP_IMPRESSORA_MULT	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo - Impressora Multifuncional	Num	0 - Não 1 - Sim
189	IN_EQUIP_SCANNER	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo - Scanner	Num	0 - Não 1 - Sim
190	IN_EQUIP_NENHUM	Nenhum dos equipamentos listados para uso técnico e administrativo - Antena parabólica, Computador, Copiadora, Impressora, Impressora Multifuncional ou Scanner	Num	0 - Não 1 - Sim
191	IN_EQUIP_DVD	Equipamentos existentes na escola para o processo ensino e aprendizagem - DVD/Blu-ray	Num	0 - Não 1 - Sim
192	QT_EQUIP_DVD	Quantidade de Aparelhos de DVD/Blu-ray	Num	88888 - registro com marcação de valor extremo (valor superior ao limite máximo de 4 equipamentos para cada 3 salas existentes - foram

				marcados apenas valores>3)
193	IN_EQUIP_SOM	Equipamentos existentes na escola para o processo ensino e aprendizagem - Aparelho de som	Num	0 - Não 1 - Sim
194	QT_EQUIP_SOM	Quantidade de Aparelhos de som	Num	88888 – Igual a var. 192
195	IN_EQUIP_TV	Equipamentos existentes na escola para o processo ensino e aprendizagem - Aparelho de televisão	Num	0 - Não 1 - Sim
196	QT_EQUIP_TV	Quantidade de Aparelhos de televisão	Num	88888 – Igual a var. 192
199	IN_EQUIP_MULTIMIDIA	Equipamentos existentes na escola para o processo ensino e aprendizagem - Projetor Multimídia (Datashow)	Num	0 - Não 1 - Sim
200	QT_EQUIP_MULTIMIDIA	Quantidade de Projetores Multimídia (Datashow)	Num	88888 – Igual a var. 192
221	QT_COMP_ADMINISTRATIVO	Quantidade de computadores de uso administrativo	Num	
222	IN_INTERNET	Acesso à Internet	Num	0 - Não 1 - Sim
224	IN_INTERNET_ADMINISTRATIVO	Acesso à Internet - Para uso administrativo	Num	0 - Não 1 - Sim
225	IN_INTERNET_APRENDIZAGEM	Acesso à Internet - Para uso nos processos de ensino e aprendizagem	Num	0 - Não 1 - Sim
227	IN_ACESSO_INTERNET_COMPUTADOR	Equipamentos que os alunos usam para acessar a internet da escola - Computadores de mesa, portáteis e tablets da escola (no laboratório de informática, biblioteca, sala de aula etc.)	Num	0 - Não 1 - Sim 9 - Não informado

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

Essas variáveis também podem compor um conjunto de indicadores sobre a existência de equipamentos e materiais, em diferentes níveis de desagregação, como exemplificado em dimensões anteriores. Há também variáveis de quantidade de itens existentes, cujos valores podem ser relacionados com a quantidade, por exemplo, de funcionários existentes ou com o número de professores ou de turmas de crianças.

4. Acessibilidade

Finalmente, foram selecionadas variáveis relacionadas à acessibilidade do edifício escolar, dada a necessidade de que a escola possa receber crianças com deficiência ou que possuam mobilidade reduzida.

Quadro 9. Variáveis que descrevem a acessibilidade de estabelecimentos escolares

N	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	TIPO	CATEG.
168	IN_ACESSIBILIDADE_CORRIMAO	Recursos de acessibilidade para Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de Circulação interna na escola - Corrimão e guarda corpos	Num	0 - Não 1 - Sim
169	IN_ACESSIBILIDADE_ELEVADOR	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Elevador	Num	0 - Não 1 - Sim
170	IN_ACESSIBILIDADE_PISOS_TATEIS	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Pisos táteis	Num	0 - Não 1 - Sim
171	IN_ACESSIBILIDADE_VAO_LIVRE	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Portas com vão livre de, no mínimo, 80 cm	Num	0 - Não 1 - Sim
172	IN_ACESSIBILIDADE_RAMPAS	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Rampas	Num	0 - Não 1 - Sim
173	IN_ACESSIBILIDADE_SINAL_SONORO	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Sinalização sonora	Num	0 - Não 1 - Sim
174	IN_ACESSIBILIDADE_SINAL_TATIL	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Sinalização tátil (piso/paredes)	Num	0 - Não 1 - Sim
176	IN_ACESSIBILIDADE_INEXISTENTE	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Nenhum dos recursos de acessibilidade listados	Num	0 - Não 1 - Sim
177	IN_ACESSIBILIDADE_SINALIZACAO	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola - Sinalização/alarme luminoso	Num	0 - Não 1 - Sim

Fonte: Censo da Educação Básica, 2024

Elaboração nossa

As variáveis 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176 e 177 indicam a existência de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, visual e pessoas que

usam cadeiras de rodas. São recursos básicos de infraestrutura para promover a acessibilidade do espaço, cujas variáveis podem compor indicadores como os anteriores, com diferentes níveis de desagregação.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi apresentar uma seleção de variáveis e a sistematização de indicadores que subsidiem a avaliação e o monitoramento da educação infantil, considerando-se documentos normativos nacionais que dispõem sobre parâmetros de qualidade, metas educacionais e dados oficiais existentes que permitem qualificar o atendimento na referida etapa.

Sabe-se que há muitos dados coletados por órgãos governamentais, em especial o INEP, que são pouco utilizados para se avaliar a educação infantil, embora existam iniciativas do MEC para o aperfeiçoamento do SAEB para a educação infantil.

Há informações pertinentes, no Censo da Educação Básica (e em outros produtos elaborados pelo Inep, como o Relatório de Monitoramento de PNE e os Indicadores Educacionais²) para a qualificação do atendimento ofertado às crianças de 0 a 5 anos e, em um momento de redefinição do sistema de coleta do SAEB, parece imperioso que se consulte as bases e os dados existentes de modo a avaliar a pertinência e a suficiência das informações disponíveis em órgãos oficiais, em particular no INEP. Criar novas formas de avaliação sem considerar a existência e a qualidade dos dados já coletados parece ser contraproducente, uma vez que esforços são duplicados e recursos dispendidos.

O olhar para os dados do Censo da Educação Básica – orientado por metas do PNE (2014- 2024), pelas *Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil* (Resolução CNE/ CEB nº 1/2024) e pelo documento *Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação* (Brasil, 2011), permitiu verificar que Censo da Educação Básica, embora possua dados relevantes para a avaliação da referida etapa, não permite elaborar análises detalhadas, relacionadas à qualidade do atendimento, em especial no que se refere à diversidade de recursos materiais, pedagógicos, equipamentos e mobiliários. No entanto, entende-se não ser uma atribuição do INEP coletar dados que compusessem um retrato mais acurado da educação infantil, pois essa é uma tarefa dos estados subnacionais, uma vez que cabe, em particular,

² Os indicadores educacionais estão disponíveis no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

aos municípios, a oferta da educação infantil (LDBEN 9394/1996). Ademais a Resolução CNE/ CEB nº 1/2024 estabelece que os entes federados formulem e implementem seus instrumentos de avaliação de educação infantil para aferir a qualidade da oferta e do atendimento, ou seja, o documento normativo prevê a realização da avaliação da política de educação infantil ofertada pelo estado subnacional. Assim sendo, parece ser contraproducente a criação de um sistema nacional de avaliação da educação infantil que se aprofunde em detalhes de infraestrutura específicos para os prédios escolares que atendem à etapa, bem como sobre equipamentos e materiais existentes em todas as instituições educativas do Brasil. O que pensar, então, sobre propostas de avaliação nacional que deem conta da dimensão pedagógica e das práticas docentes, visto que isso é um papel dos estados subnacionais e das unidades escolares? Neste momento de redefinição do SAEB, é necessário dar um passo atrás e rever as responsabilidades de cada ente federativo e das agências de governo na formulação e na implementação das políticas para a educação infantil, para garantir-se a produção de dados necessários e pertinentes para uma efetiva coordenação da política nacional de educação. Além disso, a avaliação nacional da educação infantil deve estar articulada com a autonomia dos estados subnacionais na implementação de suas políticas para a referida etapa, assim como garantir a utilização eficiente de recursos e a geração de informações que orientem as atribuições do ministério no suporte técnico e financeiro para estados e municípios.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 24 de fev. de 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil:** subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 1.147/2011. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/publicacoes/educacao_infantil/educacao_infantil_sitematica_avaliacao.pdf Acesso em 24 de fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnei/parametros-educacao-infantil.pdf> Acesso em: 24 de fev. de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de outubro de 2024, Seção 1, p. 40.

CAMPOS, Maria. M. et al. **Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa** (Relatório Final). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010.

CAMPOS, Maria M. et al. **A Gestão da Educação no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012, 349p. (Relatório de Pesquisa)

JANUZZI, Paulo de M. Conceitos básicos. In: JANUZZI, Paulo de M. **Indicadores sociais no Brasil**. Conceitos, fontes de Dados e Aplicações. Campinas: Alínea, 2004. p. 13-36.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222>

_____. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. **Revista da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 1, p. 38-67, jan./jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4322/rbma201101004>

SOUSA, Sandra Z. et. al. Avaliação da educação infantil. Exploração de bancos de dados oficiais e construção de indicadores. [Meio Eletrônico], Anpae, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://anpae.org.br/EDITORIA-ANPAE/1-Livros/pdfLivros/Livros2024/0624L-AvaliacaoEduInfantil-2024.pdf> Acesso em: 24 de fev. 2026.

KAPPEL, M. D. B. **A educação infantil nas estatísticas do Censo da Educação Básica do INEP**. Documento técnico contendo a análise da base de dados do Censo da Educação Básica do INEP; sugestões de alterações no instrumento de coleta, visando assegurar diagnósticos precisos sobre a realidade da Educação Infantil no Brasil; conclusões e recomendações. Rio de Janeiro, 2008.

KAPPEL, M. D. B. **Educação infantil e grupo populacional de 0 a 6 anos**. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 18, n.1/2, jan/dez. 2001.

Declaração de conflito de interesse: A autora declara não haver conflitos de interesse pessoal, profissional, financeiro ou de qualquer ordem na publicação desse manuscrito.

Declaração de disponibilidades de dados: A autora declara que os dados utilizados são públicos e estão disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e no site do Ministério da Saúde (Datasus).

Declaração de uso de IAAs: A autora declara que não utilizou ferramentas de inteligência artificial generativa para a elaboração do manuscrito, assumindo total responsabilidade pelo conteúdo autoral.

A autora declara que utilizou o **Google Tradutor** como ferramenta complementar para auxiliar na elaboração das versões do resumo em espanhol e em inglês.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.